



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Nome: Sally Cristina Gouveia da Silva Ferreira
INDICADORES EDUCACIONAIS DE PROFESSORES COM DEFICIÊNCIA NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA (2019)

São Carlos

2022

SALLY CRISTINA GOUVEIA DA SILVA FERREIRA

**INDICADORES EDUCACIONAIS DE PROFESSORES COM DEFICIÊNCIA NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA (2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.

Orientador(a): Prof. Dr^a Rosimeire Maria Orlando.

São Carlos

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família que a todo momento me apoiou e possibilitou que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu companheiro Eric pelo apoio nessa caminhada por todos os momentos de escuta e pelo incentivo para que eu pudesse vislumbrar um futuro diferente.

A minha família, Daniela, Vaine, José, Silvânia, André Luiz, Higor, Gabriela, Luiz Alberto, que formam a minha rede de apoio emocional e material, sou grata a todos por sonhar junto comigo, amo vocês.

Aos meus amigos André, João, Marcelo, Guilherme, Suelen, Dani, Andrea, Giovanna e Alexandre por terem tornado essa trajetória mais leve me fazendo sorrir nos momentos de angústia e por vibrarem com as minhas conquistas.

Ao grupo NEPEDE'EEs e Núcleo de estudos críticos e pesquisas em Educação e Desigualdade Social da Universidade Estadual de Londrina, obrigado por terem transformado minha trajetória enquanto pessoa e estudante sem vocês esse trabalho não teria sido possível. Minha eterna gratidão a Prof^o Dr^a Rosimeire Maria Orlando e Prof^o Dr^a Sílvia Márcia Ferreira Meletti por serem meus maiores exemplos dentro da academia, ter conhecido vocês foi um grande privilégio.

Muito obrigado a todos, amo vocês!

“Sou resistente, vivo, sinto na virilidade da minha consciência pulsar a atividade da cidade futura que estou ajudando a construir. Nela a cadeia social não pesa sobre poucos, cada acontecimento não é devido ao acaso, à fatalidade, mas é obra inteligente dos cidadão. Não há ninguém na janela contemplando enquanto alguns se sacrificam, se esvaem em sacrifício; aquele que permanece de plantão na janela para aproveitar daquilo que a atividade desses poucos alcança - ou para desafogar a própria desilusão vituperando o sacrifício - desfalece sem conseguir o que pretende. Vivo, tomo partido. Por isso odeio quem não o faz, odeio os indiferentes”.

- Antonio Gramsci

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo verificar e analisar o perfil e aspectos administrativos dos professores com deficiência que atuam na educação superior brasileira a partir dos indicadores sociais. Esta pesquisa, amparada no materialismo histórico dialético, realizou a coleta de dados a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais no ano de 2019. Consideraram-se os seguintes eixos: cor/raça declarado, tipo deficiência, sexo, grau de escolaridade, tipo de categoria administrativa e atuação em cursos de educação a distância. Os resultados mostram que os docentes com deficiência representam 0,4% (1.734) do número total de docentes (399.428) e são em sua maioria mestres e doutores, pessoas com deficiência física e brancos e que em sua maioria estão atuando no ensino privado e 6,2% na educação a distância. Apontamos a necessidade de compreender os processos políticos, históricos e sociais que impactam esta realidade.

Palavras- chaves: Educação Especial, Educação Superior e Professores com Deficiência.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de professores no ensino superior no ano de 2019

Tabela 2 - Tipo da cor/raça de professores com deficiência no ano de 2019

Tabela 3 - Número de professores por tipo de deficiência

Tabela 4 - Tipo do grau de escolaridade de professores com deficiência

Tabela 5 - Tipo de Categoria Administrativa de professores no ensino superior

Tabela 6 - Atuação de professores na modalidade EAD

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EAD - Ensino a Distância

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PUC - Pontifícia Universidade Católica

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1: a contribuição dos indicadores sociais aproximações e apontamentos na Educação de pessoas com deficiência	10
Revisão de Literatura	14
Análise dos artigos	15
Capítulo 2: Desenvolvimento da análise: delineamento da pesquisa, resultados, discussão e conclusão	19
Objetivos	19
Método	19
Resultados	21
Discussões	26
Considerações finais	29
Referências	31

INTRODUÇÃO

Capítulo 1: a contribuição dos indicadores sociais aproximações e apontamentos na Educação de pessoas com deficiência

No capítulo inicial deste trabalho iremos explorar a importância dos indicadores sociais uma ferramenta que veio ao longo dos anos se tornando um termômetro da nossa realidade que visa investigar os vários tecidos sociais, também será apontado a análise teórica utilizada e a intencionalidade do estudo não deixando de lado o aspecto histórico da educação de pessoas com deficiência, bem como, seus direitos.

Faremos uma breve discussão sobre os trabalhos desenvolvidos feitos a partir da revisão de literatura sobre a temática para contextualizar as discussões que vêm sendo feitas e os principais pontos levantados a partir desses trabalhos. O que eles discutem? Quais os aspectos comuns entre eles? E o que essas realidades nos mostram?

Espera-se que nesse primeiro momento que o leitor possa ser introduzido a temática para que processualmente possamos fazer uma análise crítica dos aspectos que serão apontados nos demais capítulos.

O trabalho aqui intitulado: Indicadores educacionais de professores com deficiência na educação superior brasileira irá discorrer sobre os indicadores sociais no ano de 2019 com o intuito de averiguar os professores com deficiência nas instituições de ensino superior (IES). Entende-se indicadores sociais como sendo: uma ferramenta que

“analisa a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos populacionais, a efetivação de direitos humanos e sociais, bem como o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades, por meio de que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade brasileira sob a perspectiva das desigualdades sociais” (IBGE, 2017, pg.149).

O trabalho será amparado pelo materialismo histórico dialético visando estabelecer uma relação entre a educação e sociedade de forma dialética, compreendendo que o percurso social é indissociável à escolaridade do professor já que faz parte de um processo em que se forma um novo modo de vida, pois qualquer indivíduo envolvido no processo educativo cultiva um projeto de nação

(MELO, RAFANTE, GOMES, 2019). Os indicadores podem nos levar a compreensão sobre o percurso enfrentado pelos professores com deficiência, sabendo que isso implica em todo um conjunto de condições que vem a anteceder sua posição institucional. Essas condições expõem a uma grande gama de variáveis, sendo assim os dados são um aporte para se investigar quantitativa e qualitativamente não deixando de ser uma elaboração crítica consciente daquilo que somos realmente, isto é o “conhecer-te a ti mesmo” como produto de um processo histórico, que deixa em cada pessoa uma infinidade de traços recebidos (MONASTA; FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2010).

Iremos focar na caracterização deste público e os aspectos administrativos. O recorte temporal foi feito a contemplar o ano de 2019, tendo como fonte o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Antes de partirmos para a discussão traremos uma contextualização da Educação das pessoas com deficiência desde o ensino fundamental até a Educação Superior para que haja uma contextualização do processo educativo.

A Educação das pessoas com deficiência no Brasil parte de pressupostos filantrópicos recebendo proteção em hospitais e asilos contou com instituições governamentais para a educação de cegos e surdos, no século XX até 1930 se apropriou de vertentes médicas mas foi gradualmente substituída pela psicologia com a influência de Helena Antipoff que implementou por meio das Sociedades Pestalozzi com a preocupação de como adequar as pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Em 1950 surgem as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais APAES e em 1973 há a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que permaneceu ligado ao ministério da educação mas que em um período acabou se tornando subordinada à Secretaria Nacional de Educação Básica (SEESP) (JANNUZZI, 2017).

Outros marcos importantes para a Educação Especial foram a Declaração de Salamanca 1990 que enfatiza a inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, anteriormente a constituição de 1988 afirmava em seu capítulo III que o ensino deverá ser ministrado nas seguintes condições:

“I- igualdade de condições para acesso e permanência na escola; II- Liberdade de aprender e ensinar, III- Pluralismo de idéias, IV- Gratuidade do ensino, V- Valorização profissional, VI- Gestão democrática, VII- garantia de padrão de qualidade e VIII- piso salarial” (BRASIL, 1988).

Em 1996, a Lei de diretrizes e bases da educação nacional N°9.394/96, no capítulo V intitulado “Da educação especial” no Art. 58, descreve que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1o Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2o O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3o A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4o e o parágrafo único do art. 60 desta Lei (BRASIL, 1996).

A Educação Superior se inicia no Brasil 1808 no período imperial com cursos de engenharia, economia, agricultura, química e após a independência, foram criados os Cursos de Direito de São Paulo e de Olinda sendo que este último foi transferido para Recife em 1854, duas características são comuns a todos eles: trata-se de cursos ou faculdades isoladas e são todas mantidas pelo estado iniciaram também esboços de universidades no âmbito particular e em paralelo ocorre a federalização (SAVIANI, 2011).

Com a constituição de 1988 houve a incorporação de várias reivindicações, consagrando a autonomia universitária, e estabelecendo a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, garantindo a gratuidade e assegurando ingresso por concurso público para a seleção de funcionários que atuam na Educação Superior e o regime jurídico único.

“Nesse contexto a demanda dos dirigentes de instituições de ensino superior públicas e de seu corpo docente encaminhou-se na direção de uma dotação orçamentária que viabilizasse o exercício pleno da autonomia e, da parte dos alunos e da sociedade, de modo geral, o que se passou a reivindicar foi a expansão das vagas das universidades públicas” (SAVIANI,2004).

Desta forma concebe-se a educação superior como uma organização social irreparável da ideia de democracia (CHAUÍ, 2003). Associando-se a ideia de uma educação que se atenta às necessidades dos sujeitos bem como o acesso e permanência, que compartilhe de uma cultura formativa e humanista “equilibrando o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (GRAMSCI,2006,p.33).

Devido a esses marcos ocorridos a partir do final da década de 80 e início de 90, foram promulgadas várias orientações tendo como princípios a igualdade, e equidade a diversidade nos ambientes regulares de ensino (POKER, VALENTIM,GRATA, 2018). Todos estes princípios tiveram como influência a Declaração de Jomtien (1990), Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº9.394, 1996) que previam o acesso e permanência dos alunos com deficiência nos diferentes níveis de ensino.

Alguns marcos que impactaram o acesso das pessoas com deficiência na educação superior foram: a implantação do sistema de cotas que estabelecem ações afirmativas que buscam garantir o acesso por meio da reserva de vagas, como a lei 12.711, que no seu Art. 5º discorre que:

Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (BRASIL, 2012).

Ou seja, a oferta de reserva de vagas é dada em proporção ao total de vagas no mínimo igual a proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência que se candidatam, há também a publicação do Edital INCLUIR 04/2008 Lei nº12.711/2012 convocando as instituições de ensino superior a apresentarem propostas de Núcleos de Acessibilidade com o objetivo fomentar a criação e a consolidação da inclusão das pessoas com deficiência no nível superior, o decreto nº5.296 de 2 de dezembro de 2004 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

Todos esses marcos nos ajudam a compreender o avanço feito durante os últimos anos para promover o acesso das pessoas com deficiência na graduação e com isso torna-se de suma importância investigar se esses alunos estão tendo a possibilidade de avançar na carreira acadêmica dentro das instituições, e posteriormente participar de processos seletivos para ingresso no trabalho docente na Educação Superior.

Para termos uma parâmetro sobre como se dá o ingresso dos professores na educação superior, discutiremos alguns editais de processos seletivos, mais

especificamente o processo seletivo simplificado de professor substituto da Universidade Federal de São Carlos na área de ecologia e o processo seletivo da Universidade Católica de São Paulo na área de psicologia.

No edital da UFSCar é contemplado que para efetuar a inscrição deve-se fazer o preenchimento de uma ficha de inscrição, realizar o pagamento de uma taxa e apresentar os respectivos documentos de identificação. Também informa sobre aspectos avaliativos, nível de escolaridade, como se dá a classificação, solicitação de recurso e contratação, neste edital não há nenhuma indicação de reserva de vagas.

O processo seletivo da Universidade Católica de São Paulo (PUC) para a seleção emergencial de professores, apresenta as matérias disponíveis, os requisitos mínimos de formação que é ter doutorado, em seu artigo 5 ele especifica que caso o candidato seja uma pessoa com deficiência deve-se apresentar o laudo médico e as especificidades de suas necessidades para adaptações que se fizerem necessárias para ministrar a disciplina, apresenta também os aspectos de avaliação e documentos necessários para a inscrição. Apesar de apresentar um artigo específico para as adaptações, caso o professor seja uma pessoa com deficiência não há nenhuma indicação sobre reserva de vagas.

Nesses dois editais podemos observar que não há reserva de vagas para as pessoas com deficiência que desejem participar do processo de seleção, apenas uma indicação da universidade privada, que caso o professor seja convocado ele deve apresentar as adaptações a serem feitas por parte da instituição para a sua atuação, os editais contemplam o ano de 2021 e 2022.

Mesmo esses editais apresentando diferenças, eles se assemelham quando observamos que ambos não apresentam a possibilidade de um artigo que traga a discussão sobre a reserva de vagas para as pessoas com deficiência.

Desta forma o trabalho aqui apresentado tem como tema a análise de professores com deficiência no ensino superior para além da graduação e será dividido da seguinte forma: Revisão de literatura, objetivos, métodos, resultados e discussões.

REVISÃO DE LITERATURA

Traremos uma breve revisão de literatura com o intuito de avaliar o material

já publicado disponível objetivando organizar, integrar e avaliar estudos relevantes sobre a temática a ser trabalhada, bem como, os sujeitos da pesquisa (KOLLER, COUTO, HOHENDORFF, 2014).

Base de dados a ser utilizada: CAPES.

Protocolos de revisão: Na primeira etapa os trabalhos foram selecionados pelo título, na segunda resumo, terceiro leitura na íntegra e não foi delimitado um período temporal

Período: indeterminado

Critérios de inclusão: Apresentar no título o público (professores com deficiência), trazer o nível de ensino no caso (educação superior) e ser uma publicação brasileira.

Critérios de exclusão: Não apresentar no título o público (professores com deficiência), não trazer o nível de ensino no caso (educação superior) e não ser uma publicação brasileira.

Descritores utilizados: Professores com deficiência (Qualquer campo) AND Ensino Superior (Qualquer campo) AND trajetória (Qualquer campo)

Plataforma	Trabalhos encontrados	Trabalhos encontrados de acordo com os critérios	Trabalhos descartados
CAPES	839	2	837

Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre os trabalhos descartados eles não contemplavam o público procurado, faziam relato de trajetórias escolares de pessoas com deficiência no ensino fundamental ou graduação e falavam de concepções de professores sem deficiência para com os alunos com deficiência.

Os trabalhos selecionados que seguiam os critérios foram: Professores universitários com deficiência: trajetória e conquista profissional (2014) e Processos de produção de identidades profissionais: narrativas de trajetórias de docentes com deficiência no ensino superior (2020).

Análise dos artigos

Artigo 1: Professores universitários com deficiência: trajetória e conquista

profissional (2014)

Autores: ORLANDO, CAIADO, 2014

Objetivo: Investigar a trajetória escolar de professores universitários, com o objetivo de compreender influências sobre o desempenho escolar e identificar razões da distinção que os tornou minoria dentre os milhares de outras pessoas com deficiência que não atingem tal patamar de educação formal e profissionalização.

Método: Entrevista, questionário e análise de documentos bibliográficos

Conclusão:

“Os três sujeitos desta pesquisa, embora tenham nos apresentado um traço comum de profissionalização, qual seja, lidar com a produção e disseminação dos conhecimentos, relatam trajetórias escolares nada homogêneas. Porém, há certa regularidade nas tentativas de conquistas escolares e sociais, expressa no investimento familiar pela escolarização, que se pôs com intencionalidade, ainda que com realidades sociais diferenciadas de cada família. Além disso, cabe frisar a condescendência da instituição escolar para tratamento diferenciado, seja permitindo o apoio da família na realização das tarefas escolares, como, por exemplo, quando permitiam que estas fossem realizadas em casa (ORLANDO, CAIADO, 2014, pg. 826-827).

Artigo 2: Processos de produção de identidades profissionais: narrativas de trajetórias de docentes com deficiência no ensino superior (2020)

Autores: COSTA, GARCIA, 2020

Objetivo: Compreender como os docentes com deficiência vem produzindo sua identidade profissional no ensino superior; Analisar se os programas de formação inicial e permanente tem contribuído para que os docentes com deficiência possam produzir suas identidades; Avaliar as razões políticas, pelas quais, os docentes com deficiência encontram dificuldades para produzir suas identidades na universidade.

Método: Qualitativo descritivo

Conclusão:

“Nessas reflexões podemos perceber que ainda é pequena a presença no ensino superior do professor com deficiência. Não é comum também as discussões que envolvem os processos de produção identitários profissionais desses docentes na universidade.

Em nossa compreensão, isso ocorre porque há muitos processos de invisibilidades que dificultam o ingresso das chamadas minorias, termo a se problematizar posto que envolvem diversos grupos marginalizados na e pela sociedade, dentre eles o das pessoas com deficiência. Isso reforça a veemente necessidade de que em pleno século XXI, discutir a inclusão escolar requer um olhar para além das deficiências, uma vez que excluídas neste processo estão muitos sujeitos alijados de direitos” (COSTA, GARCIA, 2020, pg. 609-610).

No primeiro artigo as autoras relatam a escassez de trabalho na área que durante o período de 2000 a 2010 em que localizou-se apenas um estudo voltado para a temática e ressaltam que:

“[...] esse esforço em retomar a trajetória de escolarização dessas pessoas, que apesar da história de restrição social, conseguiram concluir a pós-graduação *stricto sensu* e chegar à docência em instituições de ensino superior no Brasil, demonstra considerável contribuição para a área, ao detectar o que os torna tão distintos um do outro” (ORLANDO, CAIADO, 2014, pg. 817).

A falta de trabalhos produzidos pode se dar por inúmeras razões, dessa forma podemos fazer alguns desdobramentos sobre essa temática começando pela investigação dos processos seletivos, se eles contemplam reserva de vagas? Como é o ingresso nas instituições privadas e quais as diferenças entre esta modalidade e o ingresso em uma instituição pública? Se há diferenças entre níveis federais, estaduais e municipais? E se há leis ou diretrizes que garantam o ingresso desse professor nos concursos públicos, assegurando a sua participação?

Os trabalhos produzidos até o momento investigam as trajetórias para compreender quais disposições contribuem para que o aluno com deficiência alcance as diferentes etapas de ensino não os desassociando das condições familiares, do papel das instituições de ensino e da origem social. Mas não refutam as condições institucionais de ingresso desses professores.

Os artigos selecionados na revisão de literatura traz o relato de três professores, um com deficiência múltipla associada à baixa visão do sexo masculino, outro com cegueira do sexo masculino e uma professora surda do sexo feminino. O que esses professores têm em comum é o incentivo familiar e de professores para que houvesse uma continuidade na educação. Mesmo relatando trajetórias escolares nada homogêneas e condições sociais diferentes há uma similaridade nas conquistas escolares que foi possível devido a objetividade e intencionalidade dos docentes com o apoio da família.

O segundo artigo que também foi selecionado dentro dos critérios se

direciona para a produção de identidades profissionais de professores com deficiência na educação superior e relata a pouca representatividade de professores com deficiência em instituições de ensino superior:

“[...] percebemos que os processos de produção identitários no ensino superior requer mudanças de comportamentos, atitude profissional e respeito às diferenças, considerando que há poucos docentes com deficiência inseridos na universidade” (COSTA,GARCIA, 2020, pg.609).

A pesquisa foi realizada também por meio de entrevista com três professores um professor surdo do sexo masculino e dois com deficiência física sendo uma do sexo feminino e outro masculino. A identidade era o foco principal do trabalho e apresentou os seguintes resultados:

O professor surdo apesar de se sentir realizado com a docência demonstrou certa dificuldade em construir sua identidade devido a barreira comunicacional decorrente da lacuna que as instituições têm de contratar profissionais intérpretes para acompanhá-lo nos diferentes espaços.

O professor com deficiência física se diz bastante valorizado na instituição e que as barreiras encontradas está nas adaptações de recursos didáticos para o preparo das aulas, adaptações de manuseio (projetores e computadores) bem como a acessibilidade física para chegar às salas de aula, sobre a sua identidade relata que havia uma supervalorização do seu trabalho “sinto que as coisas que eu faço tem uma proporção maior, até a forma que eu elogio” mas que nada disso afirmou uma posição estigmatizante.

A professora com deficiência física relata assim como o outro professor os aspectos de acessibilidade arquitetônica mas também aponta para comportamentos estereotipados das pessoas sem deficiência que muitas vezes se dirigem a ela por intermédio da sua acompanhante criando assim barreiras atitudinais que afetam a descredibilização do seu trabalho como docente e que acaba por interferir e na sua identidade profissional.

Os dois artigos, apesar de apresentarem aspectos diferentes, complementam, nos ajudando a compreender as dimensões do “tornar-se docente” sendo uma pessoa com deficiência e esse tornar é fruto de toda uma construção social que perpassa pela família, escolarização, condições sociais e de acessibilidade.

Capítulo 2: Desenvolvimento da análise: delineamento da pesquisa, resultados, discussão e conclusão

Neste capítulo serão apontados quais os percursos metodológicos usados para o desenvolvimento do trabalho (objetivo, descritores, análise estatística e teórica) e os eixos de discussão (caracterização identitária e administrativa).

Os resultados e discussões trarão a partir dos dados encontrados um panorama da realidade dos professores com deficiência bem como, quais algumas das características identitárias e qual a sua representação dentro das instituições públicas e privadas.

OBJETIVOS

Geral: Verificar e analisar o perfil de docentes com deficiência na educação superior brasileira a partir dos indicadores do ano de 2019 .

Objetivos Específicos:

1) Caracterizar a condição de deficiência dos docentes com deficiência na educação superior brasileira;

2) Analisar o grau de escolaridade (especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado) sexo e cor/raça de docentes com deficiência na educação superior brasileira;

3) Identificar o número de professores universitários com deficiência nas instituições públicas e privadas

MÉTODO

O método a ser utilizado se ampara no materialismo histórico dialético que estabelece uma relação entre o que é da ordem da realidade, do objeto e pensamento em que:

“Começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, ou abstrações que remetem a determinações mais simples” (NETTO, 2011, Pg.42).

E cabe ressaltar que os microdados devem ser tomados como um objeto de análise, “que passe por trás do espelho das cifras, que lhes possa restituir sentido como análise” (COMTE, 1995, Pg.110). Mas que estabeleça uma relação dialética,

pois, não há quantidade sem qualidade, nem qualidade sem quantidade a unidades entre essas duas dimensões é inseparável (FERRARO, 2012).

Percurso Metodológico

O primeiro momento foi dedicado à escolha do público pesquisado (docentes com deficiência que atuam no ensino superior) feito o download dos microdados na plataforma do INEP seguindo esses passos: acesso à Informação> Dados Abertos> Microdados> Censo Educação Superior> Microdados Censo da Educação Superior 2019. A partir daí os dados foram exportados para um SGBD- SQLite (sistema gerenciador de banco de dados) e validados por meio do software estatístico IBM® SPSS®.

Foi feita a leitura do dicionário de variáveis e os descritores elencados foram:

Agência Governamental	Categorias Consideradas
INEP	IN_DEFICIENCIA IN_DEFICIENCIA_CEGUEIRA IN_DEFICIENCIA_BAIXA_VISAO IN_DEFICIENCIA_SURDEZ IN_DEFICIENCIA_AUDITIVA IN_DEFICIENCIA_FISICA IN_DEFICIENCIA_SURDOCEGUEIRA IN_DEFICIENCIA_MULTIPLA IN_DEFICIENCIA_INTELECTUAL TP_ESCOLARIDADE TP_COR_RAÇA TP_SEXO

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Educação Superior - INEP

Durante a coleta pôde-se observar algumas obstruções no número de docentes por deficiência comparado ao número total devido a duplicação e triplicação dos dados isso ocorre devido a ambiguidades na elaboração do questionário e que chamaremos de *erro humano*. Houve desta forma a identificação de três variações de preenchimento neste caso em específico:

1° Não assinalaram Deficiência Múltipla mas assinalaram mais de uma deficiência (Cegueira, Baixa visão, surdez, deficiência auditiva, deficiência física e surdo cegueira)

2° Assinalaram Deficiência Múltipla + duas deficiência

3° Apenas uma pessoa assinalou Deficiência Múltipla e outra deficiência

Ao todo houve 24 preenchimentos equivocados devido a não limitação do número de respostas e destas 24 pessoas 18 tiveram o registro duplicado (1º caso), cinco tiveram os registros triplicados (2º caso) e (3º caso). Desta forma optamos por considerar estes registros na categoria de Deficiência Múltipla, contemplando assim os casos em que houve a ocorrência de dupla ou triplicidade.

RESULTADOS

A discussão sobre os professores se torna necessária para compreendermos a transversalidade da Educação Especial em suas diferentes esferas, dando visibilidade a estes profissionais que trabalham nas instituições de educação superior.

Apresentaremos nossos resultados em dois eixos, o primeiro de aspectos identitários como: 1) Número de professores com e sem deficiência, 2) Cor/raça 3) Tipo deficiência 4) Sexo e 5) Grau de escolaridade.

E no segundo o eixo administrativo apresentará: 1) Tipo de categoria administrativa e 2) Atuação em cursos de EAD

Aspectos identitários:

É importante ressaltarmos que no último Censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) indicava uma população de 45 606 048 pessoas com algum tipo de deficiência, o que corresponde a 23,9% da população brasileira. Cabe ressaltar que o IBGE recolhe esses dados por meio da autodeclaração, então cabe à pessoa averiguar o que é deficiência e não necessariamente há por parte da população o esclarecimento sobre o que significa ser uma pessoa com deficiência e no que isso implica socialmente já que pode haver um equívoco sobre o que se trata ser uma deficiência e o que não é. Na Tabela 1 verificamos o total de professores no ano de 2019 com deficiência e sem deficiência que são professores no ensino superior:

Tabela 1 - Número de professores no ensino superior no ano de 2019

Ano	Professores com Deficiência	Professores sem deficiência	Total de Professores
2019	1.734 (0,4%)	397.694 (99,06%)	399.428 (100%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do INEP

Os professores com deficiência no contexto universitário representam aproximadamente 0,4% e sem deficiência 99,6%. Se analisarmos pela perspectiva populacional com os dados disponibilizados pelo IBGE, mais especificamente o total de pessoas com deficiência no ano de 2010, esses professores representam cerca de 0,003% da população total de pessoas com deficiência, lembrando que estamos lidando com questões de autodeclaração.

A tabela número 2 traz a cor/raça das pessoas com deficiência de acordo com as nomenclaturas usadas pelo INEP branco, preto, pardo, amarelo, indígena e a opção não quis declarar.

Tabela 2 - Tipo da cor/raça de professores com deficiência no ano de 2019 - Tabela 2

	0.Não quis declarar	1.Branca(o)	2.Preto(a)	3.Pardo	4.Amarelo(a)	5.Indígena
Docentes com deficiência	250 (14,4%)	1139 (65,7%)	55 (3,2%)	259 (14,9%)	25 (1,4%)	6 (0,3%)
Docentes sem Deficiência	91613 (25,9%)	196993 (55,6%)	7368 (2,1%)	54276 (15,3%)	3625 (1,0%)	443 (0,1%)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP

Nesse contexto há uma maior representatividade das pessoas brancas seguidos de pardos, negros, amarelos e indígenas, ressaltando que a primeira linha se refere as pessoas com deficiência e a segunda sem. Nos dois casos vemos um “padrão” se equiparamos que em ambos as representações raciais são quantitativamente seguidas de 1° pessoas brancas, 2° pardas, 3° pretos, 4° Amarelos e 5° Indígenas e nos casos em que houve a abstenção da declaração racial a porcentagem maior ficou entre as pessoas sem deficiência.

Seguindo com o nosso eixo identitário a tabela a seguir apresenta o número de pessoas por tipo de deficiência segundo as categorias utilizadas pelo INEP (cegueira, baixa visão, surdez, Deficiência auditiva, Deficiência Física, Surdocegueira, Deficiência Múltipla e Deficiência Intelectual).

Tabela 3 - Número de professores por tipo de deficiência

Docentes por tipo de deficiência	Porcentagem (%)	Total de Docentes com deficiência
---	------------------------	--

Cegueira	69 (4,0%)	
Baixa Visão	341 (19,7%)	
Surdez	183 (10,6%)	
Deficiência Auditiva	280 (16,1%)	1.734
Deficiência Física	827 (47,7%)	(100%)
Surdocegueira	0 (0%)	
Deficiência Múltipla	33 (1,9%)	
Deficiência Intelectual	1 (0,05)	

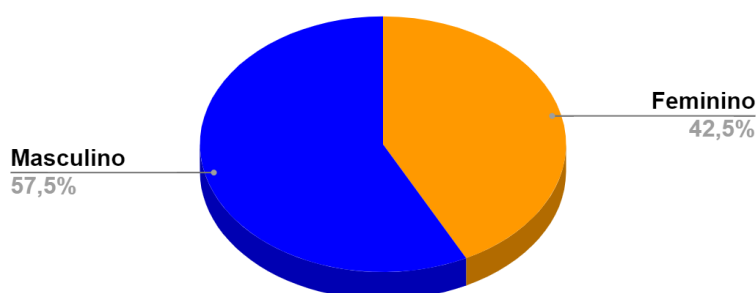
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP

Com esses dados é possível averiguar que as pessoas com deficiência física correspondem a 47,7% do número total seguidas de 19,7% das pessoas com baixa visão, 16,1% deficiência auditiva, 10,6% com surdez, 1,9% deficiência múltipla, 0,05% deficiência intelectual e com 0% de pessoas com surdocegueira. Três pontos a serem ressaltados são:

- ❖ A taxa nula de professores com surdocegueira
- ❖ Só haver 1 professor com deficiência intelectual
- ❖ As pessoas com deficiência visual são subdivididas entre (baixa visão e cegueira)

Complementando esses dados traremos a porcentagem de professores com deficiência do sexo masculino e feminino:

Porcentagem de professores com deficiência por sexo - Gráfico 1



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP

O gráfico apresentado mostra a proporção do número de professores do sexo masculino de 997 que corresponde a 57,5% e feminino 737 correspondendo a 42,5% sobre o número total de 1.734.

O último eixo dos aspectos identitários apresenta o nível de escolarização dos professores com deficiência dentro de cinco categorias (sem graduação, graduação, especialização, mestrado e doutorado).

Tabela 4 - Tipo do grau de escolaridade de professores com deficiência - Tabela 4

Professores com deficiência	Porcentagem (%)	Total de Docentes
Sem graduação	1 (0,05%)	1.734 (100%)
Graduação	17 (1,0%)	
Especialização	410 (26,6%)	
Mestrado	675 (38,9%)	
Doutorado	631 (36,4%)	
Professores sem deficiência	Porcentagem (%)	Total de Docentes
Sem graduação	12 (0,003%)	397.694 (100%)
Graduação	3658 (0,9%)	
Especialização	62387(15,7%)	
Mestrado	150014 (37,7%)	
Doutorado	181623 (45,7%)	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP

A tabela acima mostra que o mestrado comporta a maior porcentagem quando se trata do grau de escolaridade de professores com deficiência com 38,9% em seguida doutorado com 36,4%, especialização 26,6%, graduação 1,0% e sem graduação com 0,05%.

Nos professores sem deficiência a composição se altera sendo o doutorado a maior porcentagem com 45,7% e sequencialmente o mestrado com 37,7% essas duas categorias é responsável por 83,4% sobre o número total enquanto nos professores com deficiência essas duas categorias respondem por 75,3%.

O número total de professores sem deficiência é maior quando comparado aos com deficiência, por isso a nossa análise não deve se atentar só a discrepância, mas ao contexto e as relações que podemos estabelecer entre os dois cenários e as suas significações, quantos chegam a determinados níveis de escolarização, qual é a sua cor, seu sexo e o que isso nos mostra quando analisamos as pessoas com deficiência qual a realidade nesse contexto quantitativo e as relações qualitativas que regem as particularidades de cada grupo.

Aspectos Administrativos:

Para retratar os aspectos administrativos, sendo os aspectos administrativos os indicativos do tipo de organização institucional, traremos duas tabelas que mostram as porcentagem por organização (pública federal, pública estadual, pública municipal, privada com fins lucrativos e privada sem fins lucrativos) e a atuação desses professores com e sem deficiência na modalidade de ensino a distância.

Tabela 5 - Tipo de Categoria Administrativa de professores no ensino superior

	Pública Federal	Pública Estadual	Pública Municipal	Privada com fins lucrativos	Privada sem fins lucrativos
Docentes com deficiência	408 (23,5%)	280 (16,1%)	17 (1,0%)	452 (26,1%)	577 (33,3%)
Docentes sem Deficiência	99998 (28,2%)	43918 (12,4%)	6629 (1,9%)	106132 (30,0%)	97641 (27,6%)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP

As modalidades com maior número de professores com deficiência é privada sem fins lucrativos e privada com fins lucrativos e essas duas modalidades juntas somam 59,4% sobre o número total de professores, as instituições públicas (Federal, municipal e estadual) somam 40,6% dos professores com deficiência com uma diferença de 18,8% entre categorias públicas e privadas.

Os professores sem deficiência somam 57,6% no ensino privado e 42,5% no ensino público, em ambos os casos há uma predominância no ensino privado e isso pode ser justificado pela expansão das instituições privadas no país.

A Modalidade de Ensino a Distância trata das atividades a distância de ensino não presencial que conta também com a atuação de docentes que segundo a tabela de docentes correspondem a:

Tabela 6 - Atuação de professores na modalidade EAD

	0.não	1.sim	(.) afastado
Docentes com deficiência	1560 (90,0%)	107 (6,2%)	67 (3,9%)
Docentes sem Deficiência	322971 (91,2%)	19734 (5,6%)	11613 (3,3%)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP

Há um número expressivo de professores com e sem deficiência que não atuam no EAD em ambos os casos corresponde a 90% ou mais, os que atuam correspondem a 5,6% a 6,2% e os afastamentos estão entre 3,9% a 3,3% o que podemos considerar um número baixo em relação ao total.

DISCUSSÕES

A averiguação dos dados nos permite ampliar a nossa investigação para qual é o contexto social ali estabelecido que colabora para uma reflexão social sobre qual o tipo de homem se é criado em uma sociedade capitalista e como isso impacta nas nossas escolhas ou a falta delas. A nossa trajetória humana foi alicerçada em aparelhos de hegemonia que incentivam a conservação das relações sociais de poder que decide quem tem acesso a determinados patamares de educação e quem não, quais corpos são aceitos e quais não, e essas dinâmicas fomentam uma realidade excludente.

E obter uma relação coerente a uma sociedade tão plural é nos voltar para a nossa gênese e nos observar enquanto seres intelectuais, como discutido pelo marxista Gramsci:

“[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectual [...] Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (GRAMSCI, 2004, pg. 17).

Para que possamos então ter uma sociedade mais inclusiva é necessário nos voltarmos para a nossa elaboração social e seus aspectos estruturais bem

como a sua composição histórica. E os resultados aqui apresentados traçam um panorama inicial de quem são esses professores e onde estão, bem como, aspectos da sua identidade e atuação profissional como uma forma de se aproximar quantitativa e qualitativamente desse público, colocando em foco a existência de professores com deficiência que trabalham na educação superior.

O número total de professores no ano de 2019 foi de 399.428 e dentro desse total 1.734 são professores com deficiência o que corresponde a 0,4% trata-se de um número significativamente baixo já que o IBGE em 2010 coletou 45 606 048 de pessoas que se auto declararam ser uma pessoa com deficiência no Brasil e esse professores corresponderiam há 0,003% dentro do contexto populacional, isso reafirma o caráter de exceção que se afasta de uma perspectiva de igualdade, lembrando que os dados do IBGE não podem ser interpretados de forma irrefutável. Pensar os processos construídos até aqui devem vislumbrar a igualdade de oportunidades tanto de acesso quando de permanência ao decorrer da trajetória compreendendo que:

“O valor da igualdade não é dizer que em uma sociedade justa todas as pessoas vivem vidas igualmente plenas. Na verdade, trata-se de dizer que todos têm de possuir igual acesso aos meios sociais e materiais necessários para uma vida plena” (WRIGHT, 2019, pg. 35).

Dentro das categorias trazidas pelo trabalho a identidade é importante salientar o aspecto racial para averiguarmos a representatividade dentro das instituições de educação superior as pessoas brancas são as que têm maior proporção com 65,7% do total e os demais não chegam a 15% isso nos mostra que a proporção de cada cor e raça reflete o quanto o Brasil é um país desigual e como aponta Santos 2020:

“[...] É um país desigual, meritocrático, classista e racista, e esta afirmação pode ser sustentada com base em uma análise dos diferentes períodos da sociedade brasileira em relação à condição de vida dos indivíduos. As desigualdades de raça/cor que se encontram no Brasil são uma construção histórica, que nasceu com a colonização. Ela se deu por meio da escravidão e, mesmo após a abolição, os requisitos da exploração, desumanização e preconceito se encontram enraizados na sociedade. Algo que chama a atenção em uma discussão sobre raça e desigualdades no Brasil é o fato da sociedade, em sua superestrutura, conceber uma concepção equivocada da escravidão. Várias pessoas incorporam um discurso de que ela acabou e que as pessoas negras não ocuparam espaços de privilégio por falta de merecimento e esforço (SANTOS, 2020, pg. 111)”

Fica explícito na nossa tabela que as pessoas com deficiência negras, pardas, amarelas e indígenas não chegam a representar nem perto da metade das pessoas brancas e que dentro das suas identidades o gênero com maior taxa é de homens com 57,5% e mulheres com 42,5%.

Ainda sobre quem são esses professores verificamos que a deficiência com maior percentual são as pessoas com deficiência física (47,7%) seguida de baixa visão (19,7%) e deficiência auditiva (16,1%) às demais não chegam a 5%, algumas pesquisas apontam que há uma conexão direta entre o tipo de deficiência dos estudantes que acessam o ensino superior e a predominância de estudantes com deficiência física, deficiência visual e deficiência auditiva no ano de 2011 esses alunos representavam 89,68% do número de estudantes com deficiência (MARTINS, LEITE, LACERDA, 2015). Quando observamos os professores com deficiência na educação superior também há uma representatividade maior entre as pessoas com deficiência física, deficiência visual e deficiência auditiva mesmo que em proporções diferentes dos ingressantes na graduação.

A trajetória desses docentes transpassa outra esfera, a da pós-graduação Branco 2015 aponta que há modificações no que tange a acessibilidade de estudantes da pós-graduação, mas que essa acessibilidade por si só não possibilita a efetivação da plena participação no contexto universitário isso nos leva a refletir se a nossa educação proporciona possibilidades concretas de acesso e permanência.

Retomando a nossa discussão, o nível de escolarização e especialização desses professores é concentrada no mestrado e doutorado com 65,5% o que repercute como algo positivo de que esses professores chegam aos níveis de pós-graduação, não cabe a esse trabalho discutir as condições mas colocar que essa realidade existe mesmo dentro dos limites que a educação superior estabelece para as pessoas com deficiência e que a partir desta consciência:

[...] “as classes populares e seus intelectuais, passam a demarcar os elementos de ruptura e de superação em relação às concepções dominantes, a operar novas sínteses de á medida que adquirem “uma progressiva consciência própria da personalidade histórica” (SEMERARO, 2006, pg.19).

Entendendo que esses elementos de ruptura podem se dar por meio de condições concretas de acesso e permanência desses sujeitos, para que caso esse docente deseje ingressar na docência ensino superior essa seja uma possibilidade

de atuação assim como em qualquer trabalho.

No que tange às instituições de educação superior os professores com deficiência estão concentrados nas instituições privadas com 59,4%, e sobre esse percentual é importante averiguar que a educação superior privada eclodiu “devido a uma mercantilização que privilegiou o acesso por meio do financiamento público a tais instituições que visam o lucro dos financeiros/ educacionais em especial os de capital aberto” (CÁSSIO, 2019, pg.71). E essa configuração privilegia o ingresso de pessoas para a educação superior na educação superior privada que visa primordialmente o lucro.

Na educação a distância há um índice de 6,2% da atuação de professores com deficiência e de afastamento de 3,9% esses números trazem uma informação que é possível averiguar a predominância na atuação de forma presencial e qual o percentual de afastamento nesse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há muito o que se discutir sobre os professores que atuam na educação superior, dessa forma o trabalho trouxe apontamentos iniciais sobre a temática que deve ser investigada e difundida cada vez mais, já que ainda há uma lacuna muito grande de trabalhos. Averiguamos durante o trabalho aspectos identitários e administrativos com o intuito de mostrar as múltiplas possibilidades de discussões e implicações que podem ser feitas, dessa forma é necessário que possamos averiguar as condições de trabalho dos professores com deficiência na educação superior e como se dá o acesso a esse patamar profissional.

Os nossos professores ainda são predominantemente brancos independentemente de serem pessoas com deficiência ou não, o que indica um longo caminho a percorrer para que se estabeleça uma educação pautada na diversidade e igualdade. Esses docentes no ano coletado tem suas atividades centradas no ensino privado o que é compreensível devido a expansão de investimentos que visam o lucro e a mercantilização do conhecimento e da intelectualidade, sua representação na modalidade a distância não contempla um número expressivo mas que deve ser investigado já que se trata de uma modalidade que qualifica e forma pessoas.

Ressalto a importância dos indicadores para a investigação concreta, mais

especificamente o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que serve como um parâmetro crucial na investigação da realidade nacional. Os apontamentos aqui feitos tiveram como foco analisar esse perfil e como discutido, há poucos estudos sobre, mas os indicadores podem trazer alguns apontamentos para a disseminação do tema.

Há de se considerar as várias represálias que a educação vem sofrendo nos últimos quatro anos com a instabilidade governamental marcada por ministros incapacitados para tal área de atuação, ataques à autonomia universitária tudo isso acompanhado de cortes orçamentários. Uma educação para todos é uma educação que considera o futuro como algo que se constrói hoje e hoje as pessoas com deficiência ainda encontram barreiras para a sua qualificação profissional a educação inclusiva deve se estender por toda a trajetória escolar e de qualificação.

REFERÊNCIAS

BRANCO, C.S.P. A; Análise das condições de acessibilidade no ensino superior: um estudo com pós-graduandos, dissertação, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências: Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Bauru, 2015.

BRASIL. Lei nº12.711/2012, Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 29 de Agosto, 2012.

BRASIL. Decreto nº5.296 de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2 de dezembro de 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Brasília, DF, 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Lei nº12.711/2012, Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 29 de Agosto, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

CÁSSIO, F. Educação contra a barbárie: O ensino superior privado- mercantil em tempos de economia financeirizada, boitempo, 1ªedição, São Paulo, 2019.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5–15, dez. 2003

CISLAGHI, J. F; CRUZ, J. B. Não é uma crise, é um projeto : A política de Educação do governo Bolsonaro,16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília, 2019.

COMTE, M. Três milhões de desempregados: A ilusão das estatísticas, Unesp, pg. 95-111, São Paulo, 1995.

COSTA, V. B; GARCIA, A. Processos de produção de identidades profissionais: narrativas de trajetórias de docentes com deficiência no ensino superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 2, p. 593–613, 2020

Edital Processo seletivo simplificado de professor substituto N° 120/21, UFSCar, 2021.

Edital Processo de seleção emergencial de professor PUC-SP, 2022.

FERRARO, A. R; Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. Pro-Posições, v. 23, p. 129-146, 2012.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais: o princípio educativo**. 4 ed, v 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

GRAMSCI, A. Cadernos de Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho: co-edição Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira, VOL II, 2004.

IBGE, **Síntese de indicadores sociais**. (Estudos e pesquisas Informação demográfica e socioeconômica, 37), Rio de Janeiro, 2017.

JANNUZZI, G. M; A Educação de Deficientes no Brasil: Dos primórdios ao início do século XXI, Campinas, SP, Autores associados, 2017.

KOLLER, S. H; COUTO, P.P.C.M; HOHENDORFF, V.J. Manual de produção científica. Porto Alegre, editora Penso, 2014.

MARTINS, D. A; LEITE, L. P; LACERDA, C. B. F. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 23, p. 984-1014, 2015.

MELO.F.C.D, RAFANTE.C.H, GOMES.M.J. **Gramsci e a educação especial**, editora: Brasil multicultural, Campo dos Goytacazes RJ, 2019.

MONASTA, A. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco : Ed. Massangana, 2010.

NETTO, P. J; Introdução ao estudo do método de Marx, São Paulo, 1ª edição, expressão popular, 2011.

ORLANDO, R. M; CAIADO, KATIA, R. M. Professores universitários com deficiência: trajetória escolar e conquista profissional. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 3, p. 811–830, 2014.

POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. spe, p. 127–134, 2018.

SANTOS, G. N; Desigualdade de pobreza: Análise da condição de vida da pessoa com deficiência a partir dos indicadores sociais brasileiros, Tese (Doutorado de Pós-graduação em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina, 2020. Disponível:

<https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/teses/category/4-2020?download=471:santos-natalia-gomes-dos>

SAVIANI, Dermeval. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES. **Póiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2011.

SEMERARO, G; Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis, Editora: Ideias & Letras, 3ª edição, São Paulo, 2006.

WRIGHT, O. E. Como ser anticapitalista no século XXI, editora boitempo: 1ª edição, São Paulo, 2019.

ZEN, E. T; DE MELO, D. C. F. Gramsci, escola unitária e a formação humana. Cadernos de Pesquisa, v. 23, n. 1, p. 42-54, 2016.